***EDITAL DE DISCRIMINAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA***
***PROCESSO Nº 22660/2018 – GLEBA A***

Os Membros da Comissão Especial Permanente de Discriminatória - CEPD, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 9769, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pela Instrução Normativa nº 006, de 30 de Setembro de 2013, FAZEM SABER, aos que do presente Edital vierem a tomar conhecimento ou dele tiverem notícias, que está sendo requerida por **SEBASTIANA MENDES DE LIMA - GLEBA A**, brasileiro, Casada, Lavradora, inscrito No RG Sob o Nº 1836956 SSP/ES e no CPF sob o n.º 009.746.937-82, domiciliado no local denominado São Miguel, Distrito de Barra Nova, Município de São Mateus, a legitimação de uma área de terras presumidamente devoluta localizada no Estado do Espírito Santo, com limites e demais características assim descritas: **UM IMÓVEL RURAL MEDINDO 41.775,05 m² (QUARENTA E UM MIL, SETECENTOS E SETENTA E CINCO METROS QUADRADOS E CINCO DECÍMETROS QUADRADOS) situada no lugar denominado Gleba A -São Miguel, de coordenadas UTM E: 415.750 m; N: 7.920.130 m, fuso 24K, Datum SIRGAS2000, Distrito de Barra Nova, Município de São Mateus/ES, limitando-se: a Norte com: Edelso Magno Martins da Silva e Francisco Heraldo Martins da Silva; a Sul com Estrada Municipal (São Miguel <> Ilha Preta); a Este com Domingos Machado Aguiar e a Oeste com Antonio Ramos,** tudo conforme memorial descritivo georreferenciado no processo em epígrafe que se encontra à disposição dos interessados na Comissão Especial Permanente de Discriminatória localizada na Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, Ed. Trade Center, loja 01 - Centro. CEP: 29010-935 - Vitória / ES. E convida os confinantes ou quem se julgar prejudicado e ainda a quaisquer interessados no pedido de **aquisição de área por legitimação junto ao Estado do Espírito Santo**, a apresentar suas impugnações, embargos ou suscitações de dúvidas por escrito a esta Comissão, na sede desta Autarquia dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação do presente, findo o qual não serão mais aceitas impugnações, e a área será declarada devoluta, cumprindo os requisitos contidos na Lei 9.769, de 28 de dezembro de 2011, esta será regularizada em nome do requerente, caso contrário, havendo interesse, será feita a matrícula ou registro em nome do Estado do Espírito Santo. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado em jornal de circulação estadual, na sede do Escritório Local onde se situa o imóvel, na sede da Autarquia e no sítio eletrônico do IDAF (www.idaf.es.gov.br).

Vitória, 27 de outubro de 2020